

OPINIÃO

A ética e as corporações


MAURO SANTAYANA
 Jornalista

A maior contribuição do Iluminismo foi a de libertar o indivíduo, das corporações medievais e do temor da punição eterna, ao conferir-lhe autonomia, para que pudesse cumprir seus deveres sociais. Hoje, os verdadeiros cristãos, aliados à razão, se preocupam mais com a vida antes da morte. Como os iluministas, acreditam que a realização e a sobrevivência da humanidade dependem da ação de homens livres, não de grupos alienados a interesses fechados.

Infelizmente, a força das instituições medievais é maior do que se pensava. As ligas mercantis fortaleceram-se na grande corporação do neoliberalismo, e as corporações profissionais continuam defendendo seus privilégios. É justo que sindicatos de trabalhadores lutem por salário e emprego. É inaceitável que haja celas especiais nas prisões ou foro especial na Justiça para corruptos e assassinos diplomados.

Uma das contraposições à democracia nos anos 20 e 30 foi a do Estado Corporativista. Embora muitos tenham sido os teóricos desse regime, coube a Mussolini a tentativa mais ousada e mais duradoura, a do fascismo. O nazismo foi outra coisa. Mussolini era corporativista nato. Orgulhava-se de sua condição de jornalista e procurou levar para o Ministério e os altos cargos do Estado jornalistas profissionais em sua maioria. Dizia, com orgulho, que o fascismo era um "regime di giornalisti".

"Todos aqueles que vieram do jornalismo para o governo têm estado sempre entre os melhores, e não falo do meu caso" — disse o duce a Ermano Amicucci (La Stampa della Rivoluzione e del regime — Mondadori, Verona, 1938). Isso não impediu a mobilização dos jornalistas italianos contra a Escola de Jornalismo, criada por Mussolini em 1930 e que tinha como objetivo "retirar dos donos de jornal a possibilidade de formar jornalistas". Em 1933, o governo foi obrigado a fechar a escola, graças à resistência da clandestina Unione Giornalisti Italiani, sob a direção de Giovanni Amendola. Um fascinante estudo dessa primeira tentativa de "orientar e disciplinar os jornalistas", para que pudessem "scrivere, obbedire, combattere", é o bem documentado livro de Eugenio Gallotti (*La Scuola Fascista di Giornalismo*, Milão, 1982). Enfim, o fascismo foi estado corporativo, sob o comando de uma corporação de elite: a dos jornalistas. Felizmente, foi também combatido por numerosos jornalistas e intelectuais, muitos deles mortos pela repressão ou caídos na resistência armada.

O exemplo dos jornalistas "alinados com o objetivo do Estado" mostra como o pensamento único consegue per-

verter os indivíduos, fazendo-os renunciar à liberdade e aos mais altos valores humanos. Nos anos 30, a idéia do "estado orgânico", no qual cada uma das categorias de produtores tinha os seus deveres particulares e os seus direitos especiais, unindo-se, nisso, patrões e empregados, era tão poderosa que pequenos países procuraram segui-la.

No Brasil essa idéia orientou o governo provisório a estabelecer, na lei eleitoral, a chamada **r e p r e s e n t a - ç ã o**

classista e uma expressiva bancada de parlamentares foi assim eleita para a Assembléia Constituinte de 1934, pervertendo a idéia democrática de que a cada pessoa corresponde um voto.

Esse vezo corporativo permaneceu durante o Estado Novo e não foi vencido até hoje. Vivemos em um país em que as pessoas não se identificam como cidadãos, mas como membros de uma corporação, a tal ponto que uma carteira corporativa tem mais importância do que o documento oficial de identidade.

Há uma confusão entre ética e regras de conduta profissional. Ética é ética, e rejeita adjetivos que a reduzam. Nos atos profissionais, no entanto, há regras de relacionamento com os contratantes (nas condições formais de emprego, com os patrões) e com a sociedade, indicadas pela experiência moral. Mas, como é do senso comum, não podem essas regras particulares sobrepor-se ao interesse geral da sociedade dos homens. Por isso, a democracia é o sistema que iguala os cidadãos diante da Justiça e não admite que o Estado, extra legem, proteja essa ou aquela corporação, ou que puna, com mais rigor, esse ou aquele profissional. E não se pense apenas nas corporações de trabalhadores e profissionais liberais. Pense-se também na Febraban e na Fiesp.

O corporativismo, e a propósito dos jornalistas, procura ampliar ainda mais o seu poder no Brasil mediante pressões sobre o Parlamento e o Poder Executivo. É provável que alguns pensem também em outras instituições pré-iluministas, como a Inquisição e seus autos-de-fé.



Pouco mais de um ano depois de lançar ofensivas em três frentes simultâneas — contra a sonegação, a pirataria e o contrabando — os defensores da ética da concorrência estão deixando para trás os tempos da guerra de guerrilha. Onde antes predominava um sentimento de complacência, e mesmo de resignação na convivência com os males do "estado paralelo", agora predomina a convicção de que é um imperativo abolí-lo para que a economia volte a crescer, com segurança e rentabilidade para o investidor.

A novidade mais marcante é a mobilização organizada de todos os setores da economia. Ninguém se dispõe mais a ficar calado enquanto os fraudadores ganham terreno com as vantagens competitivas dos impostos que deixam de recolher aos cofres públicos ou a cópia pura e simples de produtos de marcas conhecidas, sem investimento em pessoal qualificado, pesquisa e tecnologia. Exemplo marcante é a reação da indústria de calçados, vítima de todo o tipo de falsificação, que está somando as forças de muitas empresas do setor para dar a volta por cima.

Mesmo que ainda não se tenha evoluído para a criação do almejado Conselho Nacional de Combate à Ilegalidade, o governo tem se mostrado sensível à tese de que a articulação entre sociedade civil organizada e o

Para além da guerra de guerrilha

EMERSON KAPAZ

 Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial — Etco (www.etco.org.br)

Estado é fundamental para um combate desta magnitude. Prova disso é o recente convênio entre a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria de Direito Econômico com o propósito de intensificar a luta contra a sonegação e a concorrência desleal.

A decisão de apurar prontamente as denúncias em lugar de arquivá-las e apenas realizar investigações na área econômica promete ter desdobramentos dos mais positivos. A partir de agora as empresas que fogem a suas responsabilidades fiscais certamente não ficarão mais impunes ao rigor da lei. Nunca antes os defensores da ética na concorrência conquistaram posições tão relevantes. Nunca também mereceram tantas atenções das autoridades.

Recorrendo a um conceito clássico da guerra de guerrilhas, pode-se afirmar que se ultrapassou aquilo que os teóricos chamam de "curva da vulnerabilidade". Ou o estágio em que a guerrilha não

é tão incipiente que possa ser ignorada, mas que ainda não é suficientemente vigorosa para chegar ao poder. No caso das empresas éticas, o poder é sinônimo de capacidade para influenciar mudanças.

Há muito por fazer. A burocracia, por exemplo, é um alvo prioritário. O Banco Mundial vem de publicar um estudo realizado em 145 países sob o título *Fazendo Negócios em 2005*, onde põe o dedo na ferida: o excesso de regulamentação é um fator preponderante de atraso econômico. Desde que foi publicado no ano passado, 58 países já trataram de tornar as relações de negócios mais simples. Não é o caso do Brasil. Ainda somos muito atrelados à herança burocrática dos tempos coloniais e também ao emaranhado de leis originárias do Código Napoleônico.

Nessa camisa de força, poderia se incluir o excesso de impostos, a rigidez da legislação trabalhista, a morosidade do

aparelho judicial e as dificuldades para abrir e fechar empresas. Numa visão mais abrangente, impõe-se uma reforma que modernize o Estado, ainda excessivamente patrimonialista e voltado mais para a distribuição de privilégios do que para a inclusão social. Exatamente como diagnosticou no passado o saudoso jurista Raymundo Faoro em *Os donos do poder*.

Ao comentar o estudo do Banco Mundial, a revista *The Economist*, em recente editorial, sugere que, para reformar o Estado em países sitiados pela burocracia como é o caso do Brasil, o primeiro passo "é deixar de lado as ideologias, à esquerda ou à direita". Melhorar o ambiente dos negócios significa mais investimentos, mais riquezas circulando e mais oferta de trabalho. Sem fazer reformas, só impulsionado pelo reaquecimento da economia, nos últimos meses o país criou mais de um milhão de empregos com carteira assinada.

Com as reformas, quantos milhões de postos de trabalho podem ser criados? Façamos, porém, justiça à realidade. Estamos saindo do campo da retórica para a ação em muitas frentes. No âmbito da ética na concorrência, o desafio é ampliar o raio de mudanças positivas. É o que fará a diferença para melhor e vai determinar o fim da guerra de guerrilha.


ARI CUNHA
 visto, lido e ouvido

Desde 1960

ari.cunha@correioweb.com.br
 com Circe Cunha // circe.cunha@correioweb.com.br

Raiva da humanidade

Observa-se em setores políticos reação violenta contra o que vem do governo em se falando de militares. Intelectuais do Baixo Leblon, beneficiados por polpudas indenizações pecuniárias, rejeitam sem indulgência qualquer coisa que se refira a militares. O assunto se prende ao privilégio de entrada em universidades dos filhos de militares, parlamentares, diplomatas e todos os funcionários civis, desde que tenham sido transferidos compulsoriamente. Nada mais lógico do que os filhos não perderem o ano escolar. Mas a busca aos privilégios é grande e, em função disso, se perseguem até mesmo os que têm direito assegurado. Começaram pedindo e conseguindo cotas para os afrodescendentes, índios e mais não sei quantos. A medida de conceder bolsas em instituições privadas adotada pelo ministro Tarso Genro vai direto ao assunto. Prioriza quem deseja estudar e não pode pagar. Passa a ser obrigação das universidades receber alunos com mensalidade gratuita, desde que tenham sido aprovados no vestibular e não disponham de renda familiar de até dois salários mínimos. Detalhe à parte, o ministro experimenta particular decepção ao constatar que seus argumentos são rejeitados até pelas universidades que recebem financiamento do governo. Em verdade, ninguém se satisfaz com o que tem e surge daí o grande problema para quem administra país que é caldeirão de raças, confusão de culturas e possui mais caciques do que índios.

A FRASE QUE NÃO FOI PRONUNCIADA

“Dinheiro nunca foi problema. Seria a solução se eu tivesse.”

Trajano Rodrigues, pensando enquanto os amigos reclamam das contas.

Brilhante

Maria Augusta Ramos, cineasta brasileira, colhe o sucesso da idéia de fazer um filme que leva à pergunta: "Qual a justiça que queremos?" Na pré-estréia estavam presentes Nelson Jobim, Cláudio Fonteles e Roberto Policarpo. A crítica reverenciou o filme não só pela qualidade, mas principalmente por ser parte de uma alavanca que pode mudar o país.

Asfalto

Leitor gosta da nota sobre a Estrada Parque Paranoá Norte, mas oferece o seu pitaco, desta vez para o governo federal. Lembra a necessidade de terminar a duplicação da Brasília-Anápolis, perigo permanente. A coluna pode acrescentar que o Tribunal de Contas da União havia detectado irregularidades no uso do dinheiro, mas consertada a coisa, já foi autorizado o prosseguimento das obras.

Confecções

Brasília dará pulo até São Paulo e participará da Equipotel, feira internacional de equipamentos para hotelaria. O nosso setor será o UniBrasil, união das empresas de confecções que, entre os dias 27 e 30, vão expor seus produtos com disposição para vendê-los ao mundo.

Cipriano

Para não sair do assunto Banestado, forma-se

Bravo

movimento que vai terminar com a presença de Antonio Celso Cipriano depondo na CPI. Quando era presidente da Transbrasil, a empresa estava morrendo, e ele movimentando por volta de US\$ 100 milhões no exterior.

Bravo

Os funcionários da Novacap estão vibrando com a medalha de ouro conquistada pelo colega Antonio Delfino. Desde que embarcou para Atenas, todos sabiam que ele voltaria vitorioso dos Jogos Paraolímpicos. Aliás, o Brasil Paraolímpico está dando de dez a zero.

Paralelo

Durante a greve dos bancários, o presidente dos Correios, João Henrique Sousa, dobrou a atenção com os serviços do Banco Postal. As agências dos Correios estão recebendo um volume bem maior de pagamento de contas.

Cabeça

Congresso Internacional de Neurociências e Reabilitação, realizado no Sarah, está reunindo os mais respeitados profissionais de 27 instituições de todo o mundo. As novidades e trocas de informações vão possibilitar um progresso no tratamento de lesões cerebrais que vai marcar época. A neurocientista Lucia Willadino Braga vai mostrar as pesquisas e inovações tecnológicas aplicadas no Sarah do Lago Norte.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

Brasília está com umas coisas tremendamente pernósticas. No Ministério 7 (essa designação é uma) há uma placa com os seguintes dizeres: "Use o elevador sul". Recomendamos, com isso, o uso de bússola. (Publicada em 9/8/1960)